

SAMARA MARTINS, UNIDADE POPULAR

Suspende a dívida não libera R\$ 9,29 trilhões.

O estoque mede obrigações acumuladas.

O caixa depende de vencimentos, juros,
novas emissões e reserva de liquidez.

A promessa está no programa eleitoral.

Escopo, prazo e tratamento dos títulos não estão.

Fontes: TSE e Tesouro Nacional, RMD de julho de 2026.
Data de corte: 08/09/2026, às 6h30.

Duas promessas. Nenhum ato de execução.

DOCUMENTADO programa registrado no TSE

PROMESSA A suspender pagamentos da dívida

PROMESSA B realizar auditoria da dívida

AUSENTE escopo, prazo e instrumento próprio

Fonte: Programa Unidade Popular e Samara Martins 80, TSE,
páginas 1 e 2. Consulta em 08/09/2026.

A CONTA DA ELEIÇÃO

QUATRO NÚMEROS DIFERENTES

Julho de 2026

R\$ 9,289 tri estoque em 31 de julho

R\$ 263,29 bi resgates no mês

R\$ 198,15 bi novas emissões no mês

R\$ 65,14 bi resgate líquido no mês

Tesouro Nacional, RMD julho de 2026, tabelas 1.1 e 2.1.
Valores nominais. Estoque não equivale a gasto anual.

O QUE VENCE EM DOZE MESES

R\$ 1,757 trilhão
vence em doze meses.

18,91% do estoque da DPF

Reserva de liquidez

cobria 7,81 meses de vencimentos.

Suspender não cria automaticamente
R\$ 1,757 trilhão de espaço fiscal.

Parte dos vencimentos é refinanciada por novos títulos.
O efeito líquido depende da regra proposta e da reação do crédito.

Tesouro Nacional, RMD julho de 2026, tabela 3.1 e página 22.
DPF em poder do público.

QUEM ESTÁ EXPOSTO

A dívida interna
está dentro do sistema.



Tesouro Nacional, RMD julho de 2026, tabela 2.4.
Participação no estoque da dívida mobiliária interna.

AUDITAR E SUSPENDER NÃO SÃO SINÔNIMOS

Auditoria

examina atos e contratos.

O artigo 26 do ADCT prevê exame analítico e pericial do endividamento externo pelo Congresso, com auxílio do TCU.

Suspensão

muda o pagamento contratado.

A LRF manda registrar serviço e refinanciamento no orçamento.
A Lei 10.179 disciplina títulos e efeitos no vencimento.

O programa não informa quais títulos seriam alcançados,
por quanto tempo, nem como financiaria o período seguinte.

Fontes: Constituição, ADCT art. 26; LRF, arts. 5º e 9º;
Lei 10.179/2001, art. 6º. Consulta em 08/09/2026.

A CONTA DA ELEIÇÃO

EXECUÇÃO EM QUATRO ANOS



SUSPENDER PAGAMENTOS

VERMELHO

Sem escopo, prazo, negociação ou plano de financiamento.

JURÍDICO 0 FINANCIAMENTO 0 ADMINISTRAÇÃO 1
TÉCNICO 0 CRONOGRAMA 0



AUDITAR A DÍVIDA

AMARELO

Há caminho institucional, mas faltam escopo, método e custo.

JURÍDICO 1 FINANCIAMENTO 1 ADMINISTRAÇÃO 1
TÉCNICO 1 CRONOGRAMA 2

Notas provisórias, confiança baixa. Avaliação editorial, não probabilidade estatística. Corte: 08/09/2026.